

Open Access Initiative em repositórios institucionais brasileiros: movimento do Acesso Livre como resposta à mercantilização da informação científica

*Open Access Initiative in Brazilian institutional repositories: The Open Access
movement as a response to the commodification of scientific information*

Leticia Souza da Costa Sampaio¹

RESUMO

No Brasil, país que vivenciou diferentes períodos históricos, onde a democracia foi posta em xeque, e a precarização de instituições de ensino e de pesquisa influenciou no reconhecimento e desenvolvimento da ciência brasileira, é urgente discutir a democratização do conhecimento científico como medida necessária para o progresso e desenvolvimento do país e da ciência nacional. Nesse sentido, o movimento Acesso Aberto, que surge na América do Norte nos anos 2000, foi um marco norteador para que diversas nações voltassem seus olhares e esforços para a garantia do acesso à informação científica através de ferramentas, estratégias e políticas públicas. A partir do fim do século XX, o advento da internet impulsionou a produção e divulgação de informações científicas. Contudo, apesar de as possibilidades de difusão do conhecimento terem se ampliado, também ocorreu a mercantilização do mesmo. Será então aqui buscado abordar o Acesso Aberto como forma de combate à transformação da informação científica em mercadoria e como o Brasil se posiciona diante dessa perspectiva.

Palavras-chave: Acesso Aberto. Conhecimento científico. Sociedade da Informação. Capitalismo informacional. Ciências da Informação.

ABSTRACT

In Brazil, a country that has experienced different historical periods where democracy has been called into question and the precariousness of educational institutions and research influenced the recognition and development of Brazilian science, it is urgent to discuss the democratization of scientific knowledge as a necessary measure for progress and development of the country and national science. In this sense, the Open Access movement, which appeared in North America in the 2000s was a guiding milestone for several nations to turn their gaze and efforts towards ensuring access to scientific information scientific through tools, strategies and public policies. From the end of the 20th century, the advent of the Internet boosted the production and dissemination of scientific information. However, although the possibilities of dissemination of knowledge have expanded, also occurred the commodification of the same. It will then be sought here to address Open Access as a way to combat the transformation of scientific information into merchandise and how Brazil stands up to this perspective.

Keywords: Open Access. Scientific knowledge. Information society. Informational capitalism. Information sciences.

¹ Graduada em História – Licenciatura pela Universidade Estácio de Sá (UNESA - Campus Cabo Frio) e graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: souzaleticia@id.uff.br

Entre os usos sociais da ciência, há um, de fato, que quase sempre é esquecido e que, certamente, não é menos importante: aquele que consiste em colocar a ciência, e, mais especificamente, a ciência da ciência, a serviço da ciência, do progresso desta. (BOURDIEU, 2004, p. 42)

Introdução

O exposto artigo visa analisar os processos de mercantilização das produções acadêmicas e o movimento do Acesso Livre como combatente à lógica capitalista. Em específico, serão analisados os esforços brasileiros nos anos 2000 para a democratização do conhecimento, em especial a criação dos repositórios institucionais. No contexto global da pós-modernidade, em que a informação é essencial para a tomada de decisões e a realização de ações nos mais diversos setores da sociedade, é fundamental que a acessibilidade do conhecimento seja um objeto de debate e de políticas informacionais.

Os altos custos para submissão de artigos científicos em revistas especializadas e também para o acesso aos conteúdos já publicados são fatores que andam na contramão do fomento à produção acadêmica. Diante dessa realidade, surgem a partir dos anos 2000 diversas iniciativas visando a democratização do acesso à informação científica.

Para compreender o surgimento de movimentos pelo livre acesso à informação, é necessário analisar os antecedentes históricos em torno do tema. Remontam à Antiguidade

clássica os anseios e esforços por reunir o conhecimento produzido pela humanidade em um único local de custódia. Da Biblioteca de Alexandria à Cidade Universal de Otlet se passaram séculos e outros tantos se seguiram até a disseminação da informação em larga escala que é realidade no século XXI.

Decerto, a partir das últimas décadas do século XX, houve um relevante avanço na facilidade de disseminação informacional. Contudo, bem como a cultura que passa pelo fenômeno de industrialização, a produção do saber também é recortada pela ótica do sistema capitalista. Nesse sentido, Castells (1999, p.71) afirma que o “lado escuro dessa aventura tecnológica é que ela estava irremediavelmente ligada a ambições imperialistas e conflitos interimperialistas”. Essa mercantilização do saber se configura como uma barreira para o livre acesso ao conhecimento como será discutido no decorrer deste estudo.

Dividido em duas partes, este artigo irá abordar primeiramente um breve histórico de ações ao longo do tempo e do espaço que buscaram primeiramente reter o conhecimento em um único local e depois as iniciativas pela acessibilidade das produções intelectuais. Após essa análise, será então analisado o movimento *Open Access* como uma iniciativa que diversos países aderiram e como o Brasil se insere diante dessa perspectiva.

Dos ideais de universalização do saber à mercantilização do conhecimento

Ao surgir da pós-modernidade, as ciências precisaram enfrentar demandas antes não vistas. É neste contexto que, frente à chamada Era Digital, com a crescente utilização das tecnologias e das mídias digitais para finalidades diversas, surgem questionamentos de diversas áreas sobre como se portar e se reformular diante das novas demandas da atual Sociedade da Informação.

Segundo alguns sociólogos, vivemos hoje numa “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação”, dominada por especialistas profissionais e seus métodos científicos. Segundo alguns economistas, vivemos numa “economia do conhecimento” ou “economia da informação”, marcada pela expansão de ocupações produtoras ou disseminadoras de conhecimento. O conhecimento também se tomou uma questão política importante, centrada no caráter público ou privado da informação, e de sua natureza mercantil ou social. Historiadores do futuro decerto poderão se referir ao período em torno do ano 2000 como a “era da informação”. (BURKE, 2003, p. 10)

Castells (1999, p.39) afirma que, ao fim do século XX, “vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado”. A explosão

informacional advinda das novas tecnologias possibilitou o aumento da disseminação da informação científica e também o fomento desta. É então passado a se pensar em formas de alargar este território tecnológico a fim de possibilitar o alcance das produções acadêmicas ao maior número de pessoas possível.

Não obstante, antes das ferramentas de pesquisa hoje conhecidas (repositórios institucionais, periódicos e ferramentas diversas de pesquisa *online*, etc.), a preocupação com a reunião do saber já era pensada. Grandes bibliotecas da Idade Antiga, como a Biblioteca de Alexandria, foram criadas com a ambiciosa intenção de ser um espaço para a reunião de toda a produção intelectual da época.

Reunir num único local todo o conhecimento produzido pelo ser humano parece ter sido sempre um dos grandes objetivos da humanidade. Desde os tempos mais remotos, com a biblioteca de Alexandria, esse ideal ou utopia é buscado, e ainda hoje podemos perceber esse esforço na nossa sociedade, sendo a internet o “local” escolhido para reunir os produtos da mente, ou espírito, como nos fala Otlet (1908). (JUVÊNCIO, 2016, p. 33)

No decorrer da Idade Média, com o chamado Renascimento, quando ideais da Antiguidade clássica foram resgatados, movimentos que retomavam as movimentações pela reunião do conhecimento surgiram na Europa. Nesse contexto, houve o ressurgimento de iniciativas para reunir as produções intelectuais humanas em

um mesmo ambiente. De acordo com Juvêncio (2016, p. 33), as grandes navegações também foram um fator primordial para os planos de uma universalização do saber e a “criação de uma sociedade universal parece fazer cada vez mais sentido durante o século XVII e XVIII”.

Outro marco importante para as tentativas de mundialização das produções intelectuais se deu no século XVIII, século das luzes, marcado pelo movimento artístico, político e intelectual chamado Iluminismo, quando, perceptível inclusive etimologicamente, buscava-se a iluminação, a libertação das trevas pela razão. O Iluminismo científico almejava o grande esclarecimento, um momento em que toda a produção científica fosse compartilhada, em que todos tivessem acesso à luz do saber (JUVÊNCIO, 2016).

Da mesma forma, ao falar em um universo onde os saberes são compartilhados em níveis internacionais, é preciso lembrar-se dos ideais da Cidade Universal de Paul Otlet. O projeto Otletiano bebe de ideais e projetos de cunho universalista de pensadores dos séculos XVII e XVIII, ou seja, é impulsionado pelos ideais iluministas. Segundo Juvêncio (2016, p. 36), “Otlet (1929), mais do que um polo de conhecimento, busca construir uma cidade que abrigue todas as instituições internacionalistas do mundo, um local para onde todas as pessoas poderiam voltar-se em busca do conhecimento e reconhecimento mútuo”.

Otlet almejava construir a Cidade Universal, a qual seria sede da Sociedade das Nações, onde haveria museus, bibliotecas, arquivos, universidades, bancos e diversas instituições de caráter mundialista. Para ele, ao tornar o conhecimento universal, a paz seria alcançada. O século XIX, palco desses ideais, foi cenário dos horrores de guerras, sendo assim, pensar em um projeto que alcançasse enfim a paz universal era um sonho compartilhado por muitos. Em sua Cidade Universal, Otlet visava a desterritorialização, o alcance de uma unidade política mundial, a criação do Repertório Bibliográfico Universal e o intercâmbio internacional das produções humanas assim como novos meios de organização para estas (JUVÊNCIO, 2016).

Dois séculos após, o projeto Otletiano já não parece tão absurdo frente às possibilidades abertas pela internet, em que fronteiras foram quebradas, os impedimentos geográficos já não são completas barreiras para a disseminação do saber e repositórios virtuais e portais de periódicos *online* reúnem publicações de vários lugares do mundo e as disponibilizam para tantos outros.

Hoje, quando se fala em biblioteca universal pela Internet, já não é difícil prever que o maior impacto se dará exatamente sobre aqueles que não têm acesso a livros caros, raros e remotos. Aqueles para quem a distância (geográfica e econômica) tem tirado as possibilidades de sonhar. Assim, não ser capaz de vislumbrar o possível, tiraria também a capacidade de imaginar como atingir o impossível. Não é demasiado, portanto, entender que parte importante do sonho de Otlet era democratizar o próprio acesso ao

sonho. (FERREIRA JÚNIOR, 2006, p.15)

Destarte, não são inéditos os esforços para alcançar um ambiente onde seja possível a troca de conhecimentos e o compartilhamento das produções humanas por todo o globo terrestre. Ainda que Otlet seja considerado um visionário, diversos projetos e autores que objetivaram a reunião das produções intelectuais, artísticas e administrativas de determinada sociedade se mostraram presentes em diversos momentos ao longo do tempo e espaço.

Otlet, La Fontaine, Lévy, Goldmann, Mattelart, Castells, Quéau, Wersig e Neveling, Araújo, Freire: os autores aqui citados abordam e reivindicam a inclusão de todos os grupos populacionais do planeta nos benefícios da revolução das tecnologias intelectuais de informação e comunicação. Para eles, como para nós, a democratização do acesso à informação torna-se crucial na luta da humanidade pela conquista de melhorias na qualidade de vida e para construção de laços solidários entre povos e nações. (FREIRE, 2005, p. 138)

No decorrer do século XXI, os aparatos tecnológicos evoluíram de maneira rápida e os meios de comunicação via *internet* se tornaram os mais diversificados possíveis através das mídias sociais, fóruns especializados por assuntos e outros. A sociedade pós-moderna adentra na chamada Sociedade da Informação, em um modelo de globalização que rege o fluxo informacional, cada vez maior.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/ comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. (CASTELLS, 1999, p.69)

Contudo, em um cenário em que o capitalismo é o sistema vigente, a informação se torna também objeto de comercialização. A ciência e a informação passam a ser vistos como produtos na ótica capitalista, que rege o mercado da informação científica e as leis que o norteiam de modo a priorizar quem está lucrando com tais publicações em detrimento de quem pleiteia o conhecimento e até mesmo de quem a produz.

Após a consolidação do capitalismo e o fenômeno da globalização, diversos aspectos da sociedade, cultura e política se transformaram em *comodities*. Toda produção humana passou a ser passível de venda, de obtenção de lucro e a ciência não fugiu dessa lógica. As produções científicas passaram a configurar uma grande oligarquia, de editoras, revistas e periódicos especializados, gerando altos custos para quem publica e para quem consome as informações.

O *Open Access Initiative* como resistência à ótica capitalista na comunidade científica

Como resposta à mercantilização da ciência, surge o

movimento Acesso Aberto, ou *Open Access*, que, de acordo com Muriel-Torrado e Pinto (2018, p. 2), está “voltado à disponibilização de conteúdos científicos ou acadêmicos na internet”. Ao disponibilizar seus trabalhos via *internet*, os pesquisadores ampliam o alcance de suas publicações e agilizam as etapas de publicação e revisão e quebram com o grande monopólio das publicações científicas em revistas, repositórios e periódicos acadêmicos. As iniciativas pelo acesso aberto são formas de a comunidade científica driblar os grandes esquemas editoriais por trás das publicações científicas e possibilitar uma efetiva democratização do conhecimento.

Baract e Rigolin (2012, p. 358) afirmam que o movimento *Open Access* nasce em dos debates pela “socialização do conhecimento” e “teve início nas universidades norte-americanas e nos centros de pesquisa a partir do momento em que suas bibliotecas encontravam dificuldade em manter os periódicos devido aos altos custos”. Com berço norte-americano, partir dos anos 2000, o movimento Acesso Aberto passou a influenciar as políticas públicas de outras nacionalidades.

Em 2002, surge a *Budapest Open Access Initiative* (OAI), considerado um dos mais importantes documentos em relação aos movimentos pelo Acesso Aberto, pois postula princípios e estratégias para a concretização do livre acesso às produções científicas. Dentre as considerações dispostas na *Budapest Open Access Initiative* (2002), está a premissa de que:

The literature that should be freely accessible online is that which scholars give to the world without expectation of payment. Primarily, this category encompasses their peer-reviewed journal articles, but it also includes any unreviewed preprints that they might wish to put online for comment or to alert colleagues to important research findings.

A *Budapest Open Access Initiative* (2002) indica a necessidade de acesso gratuito ao conhecimento científico e a publicação deste por parte dos próprios autores (autoarquivamento) em bases *online* para que outros pesquisadores e estudantes possam se beneficiar das informações. Pensando nestes moldes, é visível o quanto o movimento Acesso Aberto se parece ao sonho iluminista. Nunca antes foi tão possível a disponibilização de trabalhos científicos em nível internacional de forma rápida e gratuita.

Além de *Budapest Open Access Initiative* (2002), outro importante marco do Acesso Aberto foi a assinatura da Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades em 2003, a qual foi subscrita por representantes de instituições científicas da Europa em apoio ao *Open Access* e se comprometendo a incentivar seus pesquisadores a depositarem suas publicações em repositórios institucionais

A *Budapest Open Access Initiative* (2002) e a Declaração de Berlim (2003) trazem importantes

norteadores para as políticas de acesso aberto, em que o autoarquivamento é trazido como um instrumento necessário para a democratização do saber. Ao redor do globo terrestre, muitos outros movimentos em apoio ao *Open Access* passam a surgir, como uma antiga sonhada união da comunidade científica contra as correias capitalistas.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) lança o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica em 2005 que segue os parâmetros da Declaração de Berlin (2003). Nesse documento, o conhecimento científico é retratado como fundamental para que haja o pleno desenvolvimento de uma nação, postula as mudanças de paradigmas frente aos novos tempos e afirma a necessidade de se adequar frente a enorme quantidade de informações e aos novos meios de compartilhá-las. Em “recomendação à Comunidade Científica”, o Manifesto divulgado pelo IBCI (2005) dispõe que:

Torna-se necessário, nesse momento, o compromisso por parte da comunidade científica brasileira de apoiar o movimento mundial em favor do acesso livre à informação científica. Nesse sentido, os principais atores do sistema de comunicação científica, nomeadamente autores, editores, agências de fomento e as instituições acadêmicas, devem se comprometer a colaborar para que os resultados de pesquisas realizadas no país estejam disponíveis livremente para acesso.

De acordo com Pinheiro (2014, p.158), as “ações políticas do Ibiict são

fundamentais como estímulo e sustentação do acesso livre à informação científica no Brasil, bem como as das universidades brasileiras”. Esta ótica de disseminar e publicar a informação científica vai contra as engrenagens do capital. Contudo, é extremamente necessária para que países, em especial os periféricos como o Brasil, possam fomentar seu desenvolvimento científico.

As políticas nacionais de acesso aberto que vêm sendo adotadas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) enfocam tanto os periódicos eletrônicos quanto os repositórios institucionais e fundamentam-se na questão da interoperabilidade e na questão da ausência de barreiras de preço e de permissão de uso. No que concerne aos periódicos, o Instituto tem, ao longo dos últimos anos, incentivado, instrumentado e capacitado universidades brasileiras a criar periódicos eletrônicos. (COSTA, 2008, p.229)

O Brasil se mostra um país que tem avançado ao longo das últimas décadas no movimento Acesso Aberto. Muitas são as iniciativas públicas em prol desta questão. Destacam-se nesse cenário os repositórios institucionais universitários e o Portal de Periódicos da CAPES. Além disso, a CAPES “definiu, desde 2006, política que requer o depósito compulsório de teses e dissertações defendidas no Brasil na Biblioteca Digital e Teses e Dissertações, a qual está disponível em ambiente interoperável e de acesso aberto” (COSTA, 2008, p. 228).

A necessidade de se definir uma política do governo federal para planejar e incentivar o acesso à informação científica surge em 1990, quando o Ministério da Educação (MEC) cria o Programa Brasileiro de Apoio a Bibliotecas (Probib), vinculado à Secretaria de Ensino Superior (SeSu). No ano de 1994 inicia-se uma ação conjunta entre a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a SeSu e a CAPES, com o objetivo de apoiar algumas bibliotecas vinculadas a cursos de pós-graduação. (ALMEIDA, 2013, p. 29)

O surgimento do Portal de Periódicos da CAPES está ligado a difusão da *internet* a partir dos anos 2000. Nesse momento, a CAPES passou a vislumbrar “a transição do periódico em papel para o formato eletrônico” (ALMEIDA, 2013, p. 30). O Portal eletrônico surgiu ao fim do ano 2000, com a intenção de dar acesso a periódicos e revistas especializadas aos às instituições de ensino superior públicas, possibilitando acesso às informações científicas aos pesquisadores e estudantes brasileiros de forma gratuita.

Os custos com as assinaturas de periódicos e revistas especializadas e com a manutenção de repositórios virtuais são de valores exponenciais, o que muitas vezes se torna inviável para a maioria das universidades e o usuário acaba por ter que pagar para ter acesso às informações que precisa. Diante dessa realidade, o Portal de Periódicos da CAPES surge como uma forma de diminuir os gastos das universidades públicas com as assinaturas e ampliar o

acesso às informações científicas. Segundo Almeida (2013, p. 31):

O Portal de Periódicos nasceu como uma forma de otimizar a política de acesso atualizado ao conhecimento científico. Sua implantação permitiu uma redução do custo médio do acesso por usuário e um direcionamento, em médio prazo, dos investimentos feitos pelo governo brasileiro por meio de uma análise precisa da utilização dos periódicos pela comunidade atendida.

É necessário um grande investimento orçamentário público para a manutenção do Portal de Periódicos. Em sua pesquisa, Almeida (2013) aponta que os valores da aquisição bibliográfica como arquivos e assinaturas de periódicos internacionais aumentam anualmente. Ainda de acordo com Almeida (2013, p. 81), no ano de “2011, o custo para manutenção do acervo existente e inclusão de novos conteúdos foi em média US\$66 milhões”.

Apesar do expressivo valor com os gastos para manter o Portal ativo, acessível e atualizado, a economia com o fim das assinaturas e aquisições bibliográficas individuais pelas universidades e o contingente de pesquisadores e estudantes alcançados fazem com que essa iniciativa seja um marco para o movimento Acesso Aberto no Brasil. Almeida (2013, p.81) aponta que o Portal de Periódicos atende “professores, pesquisadores, bolsistas dos programas PIBIC do CNPq e `PIBID da CAPES, servidores administrativos, técnicos, alunos de graduação e pós-graduação,

pesquisadores visitantes e estagiários” das instituições cadastradas no Portal, o que soma cerca de “3,7 milhões de usuários cobrindo toda a comunidade científica brasileira”.

Outro grande avanço do Brasil quanto ao Acesso Aberto são os repositórios institucionais virtuais. Segunda Marra (2014, p.341), o “aumento de iniciativas de construção de repositórios institucionais no Brasil é notório”. Para Mukurami e Fausto (2013, p.186), os repositórios virtuais nascem em consonância com as iniciativas do movimento Acesso Aberto, visando “promover modelos eficientes de armazenamento, disseminação, visibilidade e acesso aos conteúdos científicos”.

Os repositórios virtuais abrigam as publicações de estudantes e pesquisadores das instituições de ensino superior. Ainda não é unânime a obrigatoriedade do depósito via autoarquivamento de artigos científicos, monografias, dissertações e teses nos repositórios de todas as universidades públicas brasileiras. Contudo, é uma ferramenta importante e que carece de normatização e políticas públicas, “a partir do reconhecimento de que pesquisas financiadas com recursos públicos devem estar disponíveis a toda a sociedade” (PINHEIRO, 2014, p.157).

A precariedade de políticas públicas que norteiem, fomentem e padronizem a forma como as instituições de ensino lidam com seus repositórios institucionais é ainda um grande déficit a ser enfrentado pelo Brasil e que “influencia sobremaneira a aceitação e o reconhecimento desse

novo canal de disseminação da produção científica” (MARRA, 2014, p.341). No entanto, ainda que em desenvolvimento, as iniciativas brasileiras pela implementação e divulgação do Acesso Aberto provocaram transformações no acesso ao conhecimento científico e ao fomento das produções acadêmicas dos pesquisadores nacionais.

Segundo Pinheiro (2014, p. 155), é possível “afirmar que o regime de informação na comunicação científica foi alterado, a partir das políticas de acesso livre à informação e impactou todos os atores participantes do processo”. O surgimento de ferramentas como o Portal de Periódicos da CAPES e os repositórios institucionais agem de forma oposta à dinâmica capitalista e se transformam em uma ponte direta entre a ciência e a sociedade que se beneficia com os produtos do retorno dos pesquisadores.

Pinheiro (2014, p.156) compreende as iniciativas de Acesso Aberto como “uma reação ao domínio das editoras no processo editorial de periódicos científicos, portanto, sobre os autores, e consequências como o alto custo das assinaturas, que atingiu bibliotecas e usuários em geral”. Ainda que, de acordo com Burke (2003, p. 1), a “mercantilização da informação” seja “tão velha quanto o capitalismo”, decerto a contemporaneidade tem sido palco de práticas potencializadoras dessa mercantilização.

Os depósitos de produções intelectuais científicas em portais de Acesso Aberto são uma forma de combater o “capitalismo informacional”, conceito este proposto

por Castells (1999) em sua obra “Sociedades em rede”. A partir do século XX, a sociedade capitalista passou a ser cada vez mais dependente da informação. Nessa lógica, o poderio informacional se torna um valorizado produto e também forma de dominação simbólica.

Bourdieu (2004) analisa a dominação simbólica dentro do campo científico, em que o capital científico está à mercê de diferentes forças. Nesse sentido, as políticas nacionais e internacionais, grandes editoras, periódicos e revistas especializadas e universidades renomadas detêm o poder e o prestígio para atuar de modo a mercantilizar o capital científico. Nesse sentido, ainda que o Acesso Aberto haja de maneira a democratizar o conhecimento científico, ainda existem as forças exercidas pelo “poder simbólico” e que se impõe muitas vezes às iniciativas de democratização.

Segundo Bourdieu (1989, p.7-8), “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. No contexto do Acesso Aberto, os projetos nesse modelo ainda estão sujeitos ao poder capital, estatal e institucional. De acordo com Baract e Rigolin (2012, p. 360), “o modelo aberto de comunicação científica ainda não se encontra em ‘pé de igualdade’ com as grandes publicações. As publicações de maior impacto detêm maiores recursos financeiros”. Ou seja, as publicações científicas em Acesso Aberto não competem igualitariamente com aquelas que estão publicadas em

grandes portais que contêm maiores orçamentos. O reconhecimento, visibilidade e prestígio são formas simbólicas de dominação as quais ainda precisam ser superadas para que se alcance um modelo realmente democrático de divulgação do conhecimento científico.

Considerações finais

Apesar de todas as dificuldades, dar acesso ao conhecimento e à informação científica é de primordial importância para a construção de um país com moldes verdadeiramente democráticos. Ainda que o acesso à informação seja um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, há um longo caminho a ser trilhado para o alcance de uma real acessibilidade. As iniciativas impulsionadas pelo movimento Acesso Aberto se constituem como medidas revolucionárias para a democratização do saber.

Destarte, para além das dificuldades estruturais e orçamentárias, o Brasil posiciona-se como um país onde há a mobilização pela implementação de políticas públicas e ferramentas para a disponibilização de produções intelectuais científicas em Acesso Aberto. Nesse sentido, o IBCT e o CAPES atuam como instituições em destaque nas práticas de fomento às produções científicas e seu acesso

Como visto, os repositórios institucionais são instrumentos de extrema relevância social. O autoarquivamento nos repositórios virtuais é uma forma de os

pesquisadores que produziram graças a fomentos públicos poderem devolver produtos para o país que de certa forma os patrocinou. Estabelece-se então uma troca de múltiplos benefícios, em que a sociedade e a comunidade científica ganham com o Acesso Aberto ao saber.

Assim como as possibilidades do universo tecnológico são relativamente recentes, cabe aos pesquisadores e cientistas da informação pensar em novas perspectivas pelo Acesso Aberto à

informação científica. A questão no Brasil ainda carece de políticas públicas e do estabelecimento de normatizações mais abrangentes dos processos informacionais em relação ao Acesso Aberto. Nesse sentido, é mister um maior investimento orçamentário e um olhar que priorize a recuperação e acesso à informação científica para que os passos nacionais se direcionem rumo a democratização, ao desenvolvimento e ao progresso da ciência.

Referências

ALMEIDA, E. C. E. A evolução da produção científica nacional, os artigos de Periódicos da Capes (2013). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72607/000884613.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

BARACAT, A. C e RIGOLIN, C. C. D. (2012) Proteção do Conhecimento e Movimento Open Access: Discussões no Âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. **Liinc em revista**, v. 8, n. 2. p. 348-364.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

READ the Budapest open access initiative. (2002). Disponível em: <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>. Acesso em 01 de agosto de 2020.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 6ª Ed., São Paulo Paz e Terra, 1999.

COSTA, S. (2008). Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.4, n.2. p. 218 – 232.

FERREIRA JUNIOR, H. D. S. (2006) Otlet realizador ou visionário? O que existe em um nome? **Ci. Inf.**, v. 35, n. 2, Brasília. p. 9-16.

FREIRE, I. M. (2005) A utopia planetária de Pierre Lévy: uma leitura hipertextual d'a inteligência coletiva. **Perspect. ciênc. Inf.**, v.10 n.2. p. 132-139.

INSTITUTO BRASILEIRO de Informação em Ciência e Tecnologia. Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. (2005) Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2020.

JUVÊNCIO, C. H. Manoel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional e as origens da Documentação no Brasil. (2016). Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22530/4/2016_CarlosHenriqueJuv%C3%A0ncio_V1.pdf. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

PINHEIRO, L. V. R. (2014) Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 8, n. 2. p. 153-165.

MARRA, P. S. C. (2014) Visibilidade dos repositórios institucionais brasileiros: análise de diretórios internacionais de acesso aberto. **RECIIS – Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde**. v. 8, n. 3. p. 330-343.

MURAKAMI, T. R. M. e FAUSTO, S. (2013) Panorama atual dos Repositórios Institucionais das Instituições de Ensino Superior no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**. v. 4, n. 2, p.185-201.

TORRADO-MURIEL, E e PINTO, A. L. (2018). Licenças *Creative Commons* nos periódicos científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso grátis? **Biblios Revista de Biblioteca y Ciencias de la Información**, n. 71, p.1-16.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.

Recebido em 20/09/2020

Aprovado em 13/11/2020